

CARTA DAS CARREIRAS DO CICLO DE GESTÃO E DO NÚCLEO FINANCEIRO DO ESTADO AOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – ELEIÇÕES 2014

Sr (a). Candidato (a),

A construção do Brasil que almejamos passa pela elevação da qualidade da educação e da ampliação dos investimentos em logística e infraestrutura. A Administração Pública precisa ter capacidade de planejamento e de execução das políticas e projetos necessários ao desenvolvimento nacional. Está em nossas mãos preparar o país para o futuro.

Estamos em meio a processo eleitoral que irá definir a rota de desenvolvimento nacional pelos próximos anos. Em junho de 2013, a população foi às ruas demonstrar que quer a melhoria dos serviços públicos. Este é um momento crucial para que se consolide um modelo de desenvolvimento e melhoria da gestão da máquina pública.

Apesar dos avanços das últimas duas décadas, ainda vivemos sob uma cultura patrimonialista, sem ter consolidado uma Administração Pública profissionalizada, capaz de interagir com os diversos setores da sociedade sem perder sua autonomia e o foco no interesse coletivo. O modelo de gestão e organização do Estado ainda mescla regras e hábitos que dificultam a atuação integrada e coesa dos diversos ministérios, empresas e órgãos públicos. Há uma excessiva politização da máquina pública decorrente de indicações partidárias aos cargos de natureza técnica.

Estudos cobrindo dezenas de países demonstram que a existência de uma burocracia profissionalizada, recrutada por meio de critérios impessoais e organizada em estruturas de carreira e de remuneração está positivamente correlacionada a maiores índices de desenvolvimento humano (IDH).

Nos anos 80 e 90 o planejamento, a gestão, o orçamento e o controle das políticas públicas foram impactados pela redução do Estado e geração de excedentes financeiros a qualquer custo. Esta opção foi incapaz de resolver nossos problemas econômicos e sociais.

Hoje é clara a importância do Estado eficiente e profissionalizado, capaz de promover o equilíbrio entre os interesses dos diversos setores da sociedade e de organizar, promover, incentivar, regular e suprir lacunas do mercado. Acreditamos que quanto mais profissionalizada for a Administração, menor será o espaço para o clientelismo e maior será seu foco no interesse público.

Nações que alcançaram altos níveis de desenvolvimento industrial e tecnológico contaram com máquina estatal atuante e respeitada, fazendo valer os interesses nacionais com firmeza e autonomia. As políticas de redução da pobreza e de desenvolvimento colocadas em marcha nos últimos anos têm mostrado resultados importantes, especialmente na superação das desigualdades sociais. Mas o Brasil precisa dar um salto de qualidade em competitividade, capacidade inovadora, igualdade de oportunidades e garantia dos direitos sociais mais básicos como educação, saúde, transporte e segurança pública.

O Estado estará tanto mais preparado para promover essas transformações quanto melhor for a qualidade de seus quadros decisórios e técnicos. Assim, defendemos concurso público, retenção e qualificação de servidores, carreiras estruturadas e remuneração adequada.

As carreiras do Ciclo de Gestão e do Núcleo Financeiro do Estado estão no centro desse trabalho. Temos a responsabilidade e as competências técnicas e legais necessárias. Considerando a importância de se preparar, o quanto antes, o Brasil para o enfrentamento dos desafios de um país que emerge no cenário internacional, solicitamos que Vossa Excelência adote uma agenda que contemple os seguintes aspectos:

1. Garantir que 100% dos cargos de livre nomeação (DAS e equivalentes) entre os níveis 1 e 5, sejam ocupados por servidores de carreira com atribuições compatíveis com as funções a serem exercidas;
2. Garantir que as áreas responsáveis pelo orçamento, licitações, convênios, gestão de pessoal e fiscalização sejam chefiadas por servidores cujas atribuições e formação técnica sejam compatíveis com a função;
3. Garantir que cargos de direção das agências reguladoras não sejam ocupados por pessoas que tenham sido, há menos de quatro anos, sócias ou gerentes ou familiares de sócios e gerentes de empresas que atuam nos respectivos setores regulados;
4. Realizar o planejamento estratégico integrado de todos os órgãos federais, com participação efetiva dos corpos técnicos e conselhos a eles vinculados;
5. Regulamentar imediatamente a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, assinada pelo governo brasileiro em 2010;
6. Implementar política permanente de reposição e qualificação de quadros técnicos, e eliminar a prática de terceirização e concursos temporários;
7. Reorganizar os cargos públicos em planos de carreira, reduzindo as mais de 360 tabelas remuneratórias a um número que possibilite uma adequada gestão de RH;
8. Promover a isonomia de benefícios entre servidores dos três poderes da União;
9. Implementar uma política salarial permanente para garantir que a Administração conte com os melhores talentos e possa atender a sociedade com a qualidade;
10. Acelerar a implantação do sistema de informação de custos para possibilitar o acompanhamento da execução das despesas com maior detalhamento e exatidão;
11. Ampliar a realização de controles preventivos e concomitantes à execução do gasto público;
12. Fortalecer os mecanismos de controle da aplicação de recursos públicos, garantindo os meios para o exercício dessas funções.

Brasília, 24 de setembro de 2014

Assinam esta carta:



Sindicato Nacional dos Servidores
da Comissão de Valores Mobiliários
Presidente: Leonardo Wainstok



Sindicato Nacional dos
Funcionários do Banco Central
Presidente: Daro Marcos Piffer



Sindicato Nacional dos Servidores
Superintendência de Seguros Privados
Presidente: Rodrigo de Borobia Pires Gonçalves



Associação Nacional dos Especialistas
em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Presidente: João Aurélio



Associação Nacional dos
Analistas de Comércio Exterior
Presidente: Marcelo Simões dos Reis



Associação Nacional dos Servidores
da Carreira de Planejamento e Orçamento
Presidente: Eduardo Rodrigues da Silva



Sindicato Nacional dos Analistas
e Técnicos de Finanças e Controle
Presidente: Rudinei Marques



Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea
Presidente: Fábio Costa Morais de Sá e Silva